

O PDDE e os aparatos pedagógicos: a disponibilidade e a utilização dos recursos de custeio no interior das escolas

 Andressa da Silva Martins¹,  Camila Cristina França Pereira²,  Iala Costa Silva³,  Janessa Carvalho Vieira⁴,
 Maria Victória Coelho Oliveira⁵,  Cleomar Locatelli⁶

^{1, 2, 3, 4, 5, 6} Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT. Centro de Educação Humanidades e Saúde (CEHS). Rua 06, Vila Santa Rita, Bloco da Biblioteca, 1º Andar, Sala 27. Tocantinópolis – TO. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: andressa.martins@ufnt.edu.br

RESUMO. Este trabalho apresenta uma pesquisa relacionada à gestão escolar e a disponibilidade de recursos para as ações pedagógicas, considerando a implementação do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Programa este que visa a melhoria da qualidade do ensino, disponibilizando recursos para a reforma e manutenção da estrutura escolar, para a aquisição de materiais didáticos e outros produtos de consumo. Trata-se de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, com dados obtidos através do portal do Fundo Nacional de Educação (FNDE) e através do diálogo com a gestão escolar de duas escolas públicas situadas nos estados do Maranhão e Tocantins. A pesquisa tem como objetivo analisar a utilização dos recursos disponibilizados pelo programa na aquisição e distribuição de aparatos pedagógicos de uso corrente por professores e alunos. Constatou-se que os recursos do PDDE têm chegado regularmente às escolas, porém em quantidade insuficiente. Constata-se também que, nos últimos 10 anos, em nenhuma das instituições pesquisadas, o valor de custeio pago foi constante.

Palavras-chave: escola, PDDE, custeio, recursos didáticos.

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19424	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------



The PDDE and pedagogical devices: the availability and use of funding resources within schools

ABSTRACT. This work presents research related to school management and the availability of resources for pedagogical actions, considering the implementation of the Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). The program aims to improve the quality of teaching, providing resources for the renovation and maintenance of the school structure, for the acquisition of teaching materials and other consumer products. This is a quantitative and qualitative research, with data obtained through the National Education Fund (FNDE) portal and through dialogue with the school management of two public schools located in the states of Maranhão and Tocantins. The research aims to analyze how the resources offered by the program are being used for the acquisition and distribution of teaching devices among teachers and students. It was found that the resource is insufficient and that, in the last 10 years, in none of the institutions researched, the amount of funding paid was constant.

Keywords: school, PDDE, funding, teaching resources.

El PDDE y los dispositivos pedagógicos: la disponibilidad y uso de recursos financieros dentro de las escuelas

RESUMEN. Este trabajo presenta investigaciones relacionadas con la gestión escolar y la disponibilidad de recursos para acciones pedagógicas, considerando la implementación del Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Este programa tiene como objetivo mejorar la calidad de la enseñanza, proporcionando recursos para la renovación y mantenimiento de la estructura escolar, para la adquisición de material didáctico y otros productos de consumo. Se trata de una investigación cuantitativa y cualitativa, con datos obtenidos a través del portal del Fondo Nacional de Educación (FNDE) y a través del diálogo con la dirección escolar de dos escuelas públicas ubicadas en los estados de Maranhão y Tocantins. La investigación tiene como objetivo analizar cómo se están utilizando los recursos que ofrece el programa para la adquisición y distribución de dispositivos pedagógicos entre docentes y estudiantes. Se constató que el recurso es insuficiente y que, en los últimos 10 años, en ninguna de las instituciones investigadas el monto de financiamiento pagado fue constante.

Palabras clave: escuela, PDDE, financiación, recursos didácticos.

Introdução

Muito se discute a respeito da responsabilidade do Estado no desenvolvimento de políticas públicas que assegurem os direitos e a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente voltadas para a promoção de uma educação de qualidade. Nesse sentido, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) se configura como uma política educacional que apresenta um “resultado exitoso de uma disputa pela atenção à educação básica e a garantia de seu financiamento” (Pontes et al, 2022, p. 103).

Quanto à sua execução, segundo Adrião e Peron (2007, p. 264),

O Programa foi concebido tendo em vista a desburocratização e a descentralização do repasse e da gestão financeira de recursos federais. Nesse sentido, o PDDE objetivou enfrentar uma rigidez, supostamente inerente à administração pública, para o que privilegiou a “ponta do sistema”. Isto significou o estabelecimento de relações diretas entre as escolas beneficiadas e o FNDE, sem a intervenção de instâncias governamentais locais na definição e execução dos gastos.

Ou seja, passando-se a depositar a quantia em contas bancárias administradas pelas Unidades Executoras (UEx’s), que podem ser entendidas como:

entidades privadas sem fins lucrativos, representativas das escolas públicas de educação básica, beneficiadas pelo PDDE em todo o Brasil ... constituem uma representação coletiva importante da comunidade escolar, que tem a responsabilidade, o compromisso e o cuidado no recebimento, na gestão, na execução e na prestação de contas dos recursos financeiros recebidos. (Pontes et al., 2022, p. 135).

Ou seja, são entidades diretamente ligadas às escolas, compostas por membros que representam toda a comunidade escolar e que, basicamente, são responsáveis por receber e aplicar o dinheiro repassado a elas na tentativa de suprir as necessidades da escola. Necessidades estas levantadas e priorizadas através de estudos e debates, promovidos com o máximo de participação das diversas pessoas envolvidas com a ação escolar.

Dito de outra forma, o PDDE é um importante programa da política educacional, que atua como mecanismo de repasse/transferência de verbas para as escolas públicas da educação básica e de fortalecimento da prática democrática na gestão escolar, proporcionando autonomia administrativa, pedagógica e financeira. (Pontes et al., 2022, p. 103-104).

O desejo inicial de debater sobre a destinação dos recursos do PDDE, para alguns dos autores do presente trabalho, surgiu durante a realização de Estágios Supervisionados, na etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Esses começaram a observar que não é incomum os professores arcarem com as despesas de materiais didáticos para realização de seus planos de ensino. Além disso, estando presente no cotidiano escolar, no estágio e em outras ações de formação, percebe-se nas discussões ou nas vivências coletivas, muitas

manifestações de indignação das professoras devido às despesas com recursos didáticos. Dito isto, a partir de inquietações que antecederam a realização desse trabalho de pesquisa, com os debates suscitados nas disciplinas: Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Educacional, Política Educacional: Financiamento e Avaliação e Pesquisa Educacional II, formulamos perguntas sobre o PDDE que nortearam a tessitura deste trabalho, que são elas: Como os valores do PDDE tem contribuído para disponibilizar recursos didáticos na escola? Estes materiais estão chegando às professoras? Como é feita essa distribuição?

A seguir apresentamos uma breve discussão teórica sobre o PDDE como uma política de financiamento educacional que se justifica pela sua intencionalidade de promover a autonomia escolar. Uma política que, ao longo de sua existência, tem passado por revisões, ajustes e atualizações. Em seguida adentramos nas observações sobre os problemas reais das escolas. A partir de então, tentamos buscar respostas ou justificativas plausíveis para as situações anteriormente relatadas e para as questões levantadas.

Sendo importante ressaltar que as hipóteses iniciais formuladas foram as seguintes: a) os recursos didáticos não têm chegado aos professores, visto que o dinheiro do PDDE tem atendido a outras prioridades; b) os recursos têm chegado em parte aos professores, mas não têm sido suficientes.

O PDDE: histórico, avanços e desafios

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), trata da destinação de recursos financeiros, que se dá como complemento, para as escolas públicas estaduais, municipais e distritais de educação básica. Atende também as escolas de educação especial, qualificadas como beneficentes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público. “Este Programa tem como objetivo propiciar melhorias de infraestrutura física e pedagógica, com consequente elevação do desempenho escolar” (Pontes et. al, 2022, p.30), ao mesmo tempo em que busca o fortalecimento da participação social e a autogestão.

Partindo de uma perspectiva histórica, podemos destacar que o primeiro marco importante, responsável por influenciar o financiamento público da educação foi a Constituição de 1934, que após as reivindicações do Movimento dos Pioneiros da Educação Nova “normatizou a primeira vinculação de percentuais mínimos da receita resultante de impostos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, para a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino (MDE)”. (Pontes et al., 2022, p. 25). Em seguida pode-se

evidenciar a Constituição de 1967 que forneceu meios para a criação do Salário Educação. Vinte e um anos depois se elabora a Constituição de 1988 que assegurou “a vinculação dos recursos destinados à educação e preconiza a garantia da universalização da oferta do ensino básico, incluindo a valorização dos docentes” (Pontes et al., 2022, p. 26).

No cenário internacional, os anos de 1990 foram marcados por reformas estruturais, políticas educacionais que tornaram o terreno fértil para que fossem postas em prática “novas formas de distribuir os recursos voltados para a educação” (Pontes et al., 2022, p.26).

Dirigindo-se o olhar para o âmbito nacional, precisamos considerar que a década anterior, dos anos 1980, foi marcada por um amplo processo de “democratização do país, a sociedade brasileira clamava por mudanças e por participação, principalmente, nos rumos da educação” (Pontes et al., 2022, p. 26-27). Sob o efeito das transformações ocorridas no cenário político e social brasileiro do final do século XX, criou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. Essa Lei,

preconizava a democratização da gestão do ensino público, expressa na progressiva descentralização didático-pedagógica e dos recursos financeiros, assim como na ampliação da participação da comunidade no processo de tomada de decisões, visando fortalecer a autonomia financeira, administrativa e pedagógica da escola, como previsto no Artigo 15 da LDB. (Pontes et al., 2022, p. 27).

No mesmo ano surge o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), no intuito de “desenvolver ações voltadas para o atendimento das necessidades básicas de aprendizagem” (Pontes et al., 2022, 28-29). O fundo, de natureza contábil, visava garantir recursos para a educação fundamental, redistribuindo os valores arrecadados pelos entes federados e possibilitando uma complementação da união como um meio para reduzir desigualdades regionais.

Contudo, nesse contexto, a orientação política adotada implicava em atribuir responsabilidades não só aos municípios, mas também diretamente às escolas pela qualidade e resultados educacionais. “Desse modo, nada mais apropriado, do que torná-la alvo da ação governamental, apoiada em diagnóstico que balizam a definição de prioridades para uma intervenção sistemática na realidade escolar.” (Aguiar, 2009, p. 174). Conforme a autora, tendo em vista essa orientação, no final dos anos 1990, foram criados vários programas tendo como foco a escola, entre eles o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Para que as escolas pudessem receber diretamente os recursos do programa deveriam dispor das denominadas Unidades Executoras (UEx), agregando ao processo de gestão escolar

um misto de relações público/privado. Segundo Aguiar (2009) tal fato redirecionava o sentido da participação popular reivindicada nos anos 1980, “apresentando-se como uma alternativa de gestão escolar afastada do debate que estivera, até então, centrado no projeto pedagógico e em sua dimensão política.” (Aguiar, 2009, p. 176).

De maneira complementar (Adrião e Peroni, 2007 apud Aguiar, 2009, p. 176) afirmam que “a generalização das UEx para as diferentes redes e sistemas de ensino, de certa maneira, padronizou um formato institucional que delega a responsabilidade sobre a gestão dos recursos públicos descentralizados para uma instituição de natureza privada”. Atualmente este fator tende a resultar na substituição dos conselhos escolares pelas Unidades Executoras. Sendo possível notar que as UEx passam a ser os principais ou os únicos colegiados escolares em funcionamento, em grande medida privilegiando apenas o manuseio do recurso financeiro.

Contudo, faz-se necessário admitir também a importância da criação deste programa para a descentralização dos recursos financeiros que antes eram repassados pelo governo aos entes federados, responsáveis por efetuar a redistribuição dos valores para as escolas. Percebe-se que tal movimento contribuiu para dar maior autonomia à gestão escolar e melhor organização da destinação dos recursos de acordo com as necessidades da escola.

Considerações metodológica da pesquisa

O percurso metodológico da pesquisa desdobra-se, inicialmente, pelo diálogo com os dirigentes escolares de duas escolas públicas de educação básica do ensino fundamental a respeito do PDDE e a disponibilidade dos recursos metodológicos da escola. Sendo uma das escolas municipal, localizada no Estado do Maranhão – município de Porto Franco e a outra estadual, de ensino integral, pertencente ao Estado do Tocantins, localizada no município de Tocantinópolis.

Na continuidade da pesquisa realizamos uma busca na base de dados oficial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), disponível em: [FNDE: PDDE Info 04.04.2024#456726](https://fnde.gov.br/portal/inf/04.04.2024#456726), para a coleta de informações dos últimos 10 anos a respeito dos valores de custeio disponibilizados para cada uma das escolas selecionadas. Recursos estes que poderiam ter como destino a aquisição de materiais didáticos.

Importante ressaltar que o conjunto de informações que buscamos reunir no presente trabalho nos levou a optar por um modelo investigativo com dados qualitativos e quantitativos. Os dados qualitativos, a priori, buscamos reunir no diálogo com a gestão,

ouvindo as diretoras das escolas sobre como estão administrando os valores repassados pelo PDDE. Esse tipo de informação conforme Gerhardt e Silveira (2009) não podem ser medidas, são extraídas do relato e da compreensão das pessoas.

O caráter quantitativo deriva-se da coleta e análise das informações técnicas sobre o valor repassado pelo PDDE nos últimos 10 anos às escolas pesquisadas, na tentativa de averiguar a variação de repasse do valor de custeio ao longo do período selecionado. Isto é, tratou-se de um procedimento metodológico que ressalta a objetividade no momento de seleção e tratamento dos “dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros” (Fonseca, 2002 apud Gerhardt & Silveira, 2009, p.33). Além de recorrer à linguagem matemática que é própria desse método de pesquisa.

Optamos por trabalhar com as duas perspectivas, pois ambas as “correntes paradigmáticas, qualitativa e quantitativa, ... quando unidas podem ser consideradas complementares” (Queiroz, 2006 apud Magalhaes Júnior & Batista, 2021, p. 31), visto que a primeira apresenta uma essência mais “idealista e mais subjetiva e a segunda um olhar mais realista e objetivo” (ibid, p.31), permitindo o recolhimento de “mais informações do que se poderia conseguir isoladamente” (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 33).

É interessante salientar que a escolha das instituições escolares citadas acima (as quais não terão seus nomes revelados para evitar a exposição), ocorreu de maneira proposital, tendo em vista o melhor acesso para a equipe de pesquisa e a possibilidade de uma análise mais abrangente e significativa, permitindo uma comparação de regiões geográficas diferentes, coordenadas e submetidas a regras e a órgãos institucionais também distintos. Ressaltamos ainda, sobre o processo de aproximação e diálogo com a gestão escolar, que em ambas as escolas, o grupo de pesquisa foi bem acolhido e o levantamento de informações ocorreu de forma espontânea. As diretoras se mostraram receptivas e conhecedoras do assunto, sem nenhuma ressalva ou negativa para elucidar as dúvidas apresentadas pelo grupo. Infelizmente, nesse primeiro momento, por condições objetivas referentes a abrangência da pesquisa e de tempo limitado para a coleta de dados, não foi prevista/realizada uma conversa com o quadro docente das referidas escolas, embora reconhecendo que tal procedimento em muito poderia ampliar o olhar sobre o assunto.

A realidade do PDDE nas unidades escolares: diálogo com a gestão escolar

Na escola municipal (situado na cidade de Porto Franco - MA), os recursos do PDDE são recebidos desde 2006, quando foram repassados para a Unidade Executora (UEX) um valor total de R\$4.093,00. Segundo informações da gestão escolar, atualmente o programa tem contribuído para a compra de materiais, porém, ele não é suficiente para suprir toda a demanda, diante disso, a equipe escolar tem realizado eventos na escola para complementar. Esta tem sido uma estratégia para evitar que os professores usem o próprio dinheiro ou solicitem aos pais dos alunos recursos financeiros para compra de materiais didáticos.

Conforme a gestão escolar, na referida escola há materiais disponibilizados para o uso dos professores, sendo essa uma das primeiras ações realizadas pela escola todo início de ano. Trata-se da entrega de um kit com elementos essenciais para o trabalho pedagógico contendo, normalmente, os seguintes itens: resma de papel, pincel, apagador e outros (não especificados). Além disso, a distribuição de materiais também ocorre no sentido de atender aos projetos apoiados pelo sistema municipal de ensino, como por exemplo o programa educação e família; o cantinho da leitura; a sala de recursos que trabalha com alunos deficientes, entre outros.

No que se refere à verba do PDDE, visto que há o PDDE básico e as ações integradas, parte dos recursos já chega na instituição com o valor delimitado para cada projeto. Quanto aos recursos para reparos e manutenções, estes não são disponibilizados exclusivamente pelo programa, em grande medida são viabilizados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que contém um setor responsável pela infraestrutura das escolas.

Sobre a UEX da referida escola, constata-se que está ativa e é composta pelos seguintes integrantes: o presidente do conselho escolar, o representante dos pais dos alunos e o representante dos servidores (funcionário da própria escola). Não é obrigatório que o diretor da escola seja o presidente, porém, constatamos que ele e o adjunto (presidente e vice-presidente do conselho), estão à frente da UEX há mais de oito anos. Justifica-se que ambos, especialmente o diretor, é quem conhece a escola e as suas demandas e se dispõe a participar de reuniões e depois repassar as informações para o restante da equipe.

A direção escolar nos informou que os documentos obrigatórios que a escola precisa estar atenta para a continuidade do recebimento dos recursos do PDDE são os registros da UEX, sua existência legal e sua regularidade como pessoa jurídica. Além disso, há que se ter muita atenção com a elaboração dos relatórios, com as notas fiscais que recebem ao efetuar o

pagamento, com o preenchimento de formulários que são disponibilizados pelos setores das finanças do município. A gestão escolar chama atenção para o cuidado que precisa ter com a especificação e o uso de cada um dos recursos conforme a sua destinação. No PDDE básico, por exemplo, precisa ter atenção ao que entrou em geral, o que tinha de saldo anterior etc. E para a prestação de contas é solicitado aos fornecedores a nota fiscal, é especificado a forma de pagamento e comprovada a pesquisa de preços com base na apresentação de três orçamentos.

As principais medidas realizadas pela escola entre o momento em que recebem o recurso até a aprovação da prestação de contas são as seguintes: reunião do conselho da unidade escolar para a realização da análise dos recursos que entraram, em seguida efetuam uma investigação, especialmente quando é referente ao valor capital, para que os membros observem o que de fato a escola está necessitando. A partir dessa averiguação o conselho conclui se a instituição está realmente necessitando daquilo que é solicitado. Em seguida é delimitado o que deve ser comprado com o recurso de capital. Já o valor do custeio é destinado para manter as despesas correntes da escola.

Um dos principais entraves para a execução dos recursos, na avaliação da gestão escolar, seria o baixo valor que é repassado para a escola, demandando muita análise e discussão para decidir os elementos mais urgentes para se adquirir com poucos recursos.

A escola estadual (situada no município de Tocantinópolis) foi a segunda instituição em análise. A direção destacou que a instituição recebe o PDDE há aproximadamente 24 anos. No que diz respeito à UEx, aqui denominada associação de apoio, a gestão informou que se encontra regular e é composta por pais de estudantes, servidores da unidade escolar e pessoas que representam a comunidade. Qualquer um dos membros da associação de apoio pode ser eleito presidente. No entanto, visando melhor operacionalização da unidade executora, a maioria das associações de escolas optou por eleger o gestor escolar para presidência da associação, sendo o caso da escola aqui relatada.

No caso das escolas da rede estadual do Tocantins, a manutenção da escola não depende exclusivamente dos recursos do PDDE, pois segundo a gestão escolar o governo do Estado disponibiliza 10 parcelas anuais através do programa de gestão compartilhada, dando mais autonomia e condições para que a escola realize suas ações. A gestora evidencia que o dinheiro recebido (tanto da gestão compartilhada como do PDDE) favorece, dentro das possibilidades financeiras, a compra de recursos metodológicos. Uma vez adquiridos, ficam

sob a responsabilidade da coordenação pedagógica e à medida que é solicitado pelo professor através do planejamento, o material é disponibilizado para o uso.

De acordo com as informações da gestão escolar, as principais medidas realizadas entre recebimento do recurso e a aprovação da prestação de contas do PDDE, dividem-se em cinco passos: a) levantamento e seleção das necessidades primárias; b) realização de pesquisas de preços; c) escolha da melhor proposta; d) aquisição e/ou contratação; e) guarda da documentação.

Em diálogo com a gestão escolar, a diretora destacou que os recursos recebidos não são suficientes e que além disso existe outra problemática: o baixo envolvimento dos membros da associação nas etapas que envolvem o planejamento, a execução e a prestação de contas dos recursos do programa, isto é, um problema de corresponsabilidade, que muitas vezes é largado quase que exclusivamente nas responsabilidades da direção escolar

Percebe-se como uma queixa comum para as duas escolas, mesmo sendo de redes de ensino e regiões diferentes, a insuficiência dos recursos recebidos. Percebe-se também que, em ambos os casos, a presidência da UEx está sob a responsabilidade da direção da escola, uma realidade que se agrava com a dificuldade de mobilização dos integrantes da UEx para participação como relatado pela direção da escola estadual.

Com relação à disponibilidade de recursos metodológicos ou de aparatos pedagógicos como denominado aqui, que são os materiais de papelaria, os brinquedos ou equipamentos utilizados na execução das aulas, aqueles que facilitam o aprendizado ou inovam as intervenções pedagógicas, percebemos que há formas diferentes de proceder em cada uma das realidades descritas. No primeiro caso, da escola municipal, no início de cada semestre é entregue aos docentes um kit com uma cesta de produtos, não necessariamente relacionada ao que será solicitado ou requerido para cada procedimento didático idealizado. No segundo caso a disponibilidade dos aparatos pedagógicos recebe ainda menos atenção, visto que não é necessariamente garantido uma quantidade de materiais a serem distribuídos aos docentes. Neste segundo caso, conforme relato da direção, estes materiais, após adquiridos, ficam sob a responsabilidade da coordenação pedagógica, que os disponibiliza conforme a necessidade e o planejamento de cada professor (a).

O PDDE nas escolas: a disponibilidade dos recursos de custeio

Importante ressaltar que os recursos do PDDE são disponibilizados às escolas diante de duas rubricas que devem ser observadas pelas UEx: Capital e custeio. Conforme Pontes et al (2022, p. 52)

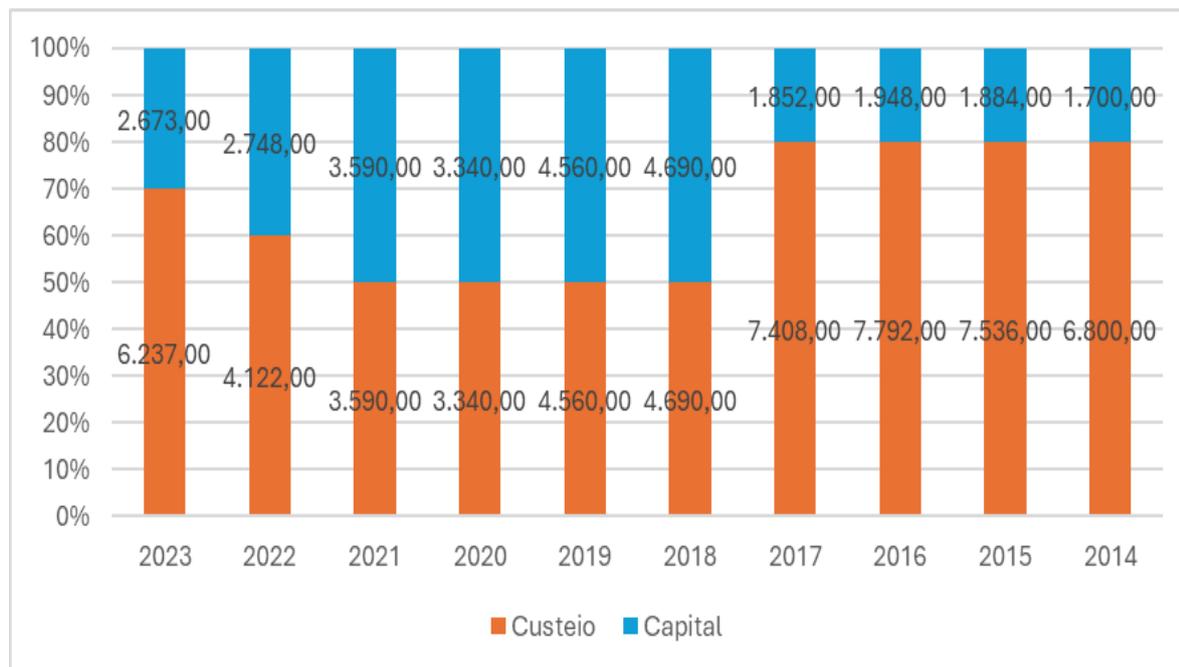
Os valores liberados podem ser utilizados para adquirir material permanente (capital), como computadores, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, mobiliários, e para adquirir material de consumo (custeio) necessário ao funcionamento da escola, como material de expediente, produtos de limpeza, contratação de serviços para reparos em sua estrutura física (elétrica e hidráulica, serviços de jardinagem), dentre outros.

Os percentuais definidos para capital ou para custeio podem ser decididos pelo coletivo escolar quando confirmam o Termo de Adesão no Sistema PDDEweb. O montante dos valores a serem recebidos por cada UEx terá relação com o número de alunos matriculados e com a localização da escola. Sendo que para instituições rurais e indígenas o montante fixo a ser recebido é maior do que para as escolas urbanas.

No Gráfico 1, a seguir, são apresentados os recursos do PDDE básico repassados para a escola municipal. Através dele torna-se possível constatar que a instituição recebeu o maior valor de custeio no ano de 2016, um montante de R\$7.792,00 em comparação aos demais períodos e o menor valor no ano de 2020 R\$3.340,00. Ao analisar os dados, podemos perceber que durante quatro anos seguidos - 2018, 2019, 2020 e 2021 - foram disponibilizadas quantidades iguais de custeio e capital, totalizando 50% de cada. Vale ressaltar que a quantidade da verba repassada pelo programa está relacionada ao número de alunos matriculados, dentre eles os que apresentam algum tipo de deficiência.

Com o levantamento das informações conseguimos entender que nos anos de 2014 a 2017, houve uma divisão dos recursos na ordem de 80% de custeio e 20% de capital. Sendo também que o montante de recurso recebidos do PDDE básico (custeio e capital) nesses quatro anos pouco variou, ficando entre R\$8.500,00 em 2014 (menor valor) e R\$9.740,00 em 2016 (maior valor). Considerando os 80% destinados para custeio nesse período verificamos que a escola teve em média R\$7.000,00, para compra de materiais de consumo. Contudo um valor extremamente baixo, segundo a direção da referida escola, visto que atende mais de 350 alunos. Uma realidade que se agrava quando a escola recebe um montante menor de recursos do programa e precisa destinar mais recursos para a rubrica de capital, como ocorreu de 2018 a 2021. Neste caso, como consequência, vamos perceber que a escola passou a dispor de um valor bem inferior para custeio, ficando entre R\$3.500,00 e R\$4.600,00.

Gráfico 1 - PDDE básico 2014 a 2023 - Escola Municipal - Porto Franco - MA



Fonte: Elaboração próprio com base nos dados do FNDE: PDDE Info 20.06.2024#f22355

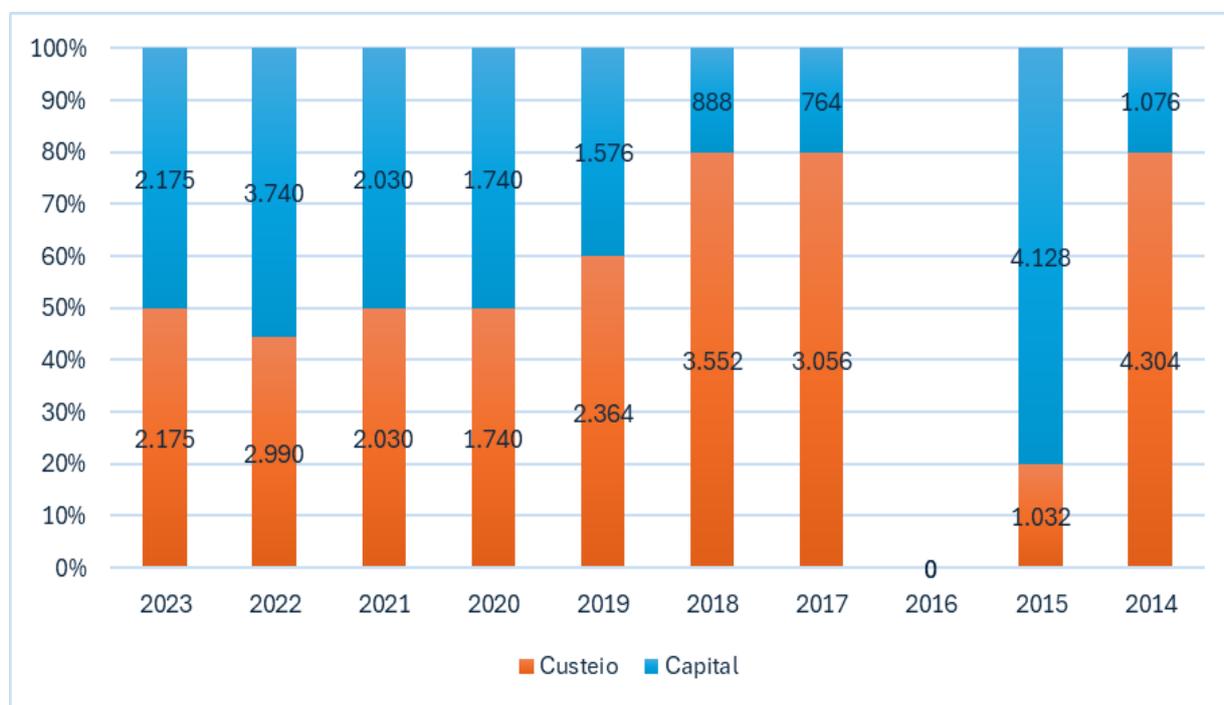
No Gráfico 2, vamos perceber que na Escola Estadual, segunda instituição em que realizamos a pesquisa, no Município de Tocantinópolis, durante os anos de 2021 e 2023, foram destinados aproximadamente 50% dos valores em cada rubrica, custeio e capital. No ano de 2023, foi destinado à escola o valor de R\$2.175,00, tanto para custeio quanto para capital. Já em 2021 o valor foi de R\$2.030,00, configurando uma diferença na ordem de R\$145,00. Contudo, neste mesmo período vamos perceber também uma oscilação significativa em relação ao total dos recursos recebidos: em 2020 a escola recebeu R\$3.480,00, sendo 1740 para custeio e em 2022 R\$6.730,00, sendo R\$2.990,00 para custeio. Diversos fatores podem explicar essa variação de valores, incluindo os reajustes realizados pelo governo federal, a variação do número de estudantes ou mesmo o recebimento de recursos em atraso. Contudo, devemos considerar que essa instabilidade dificulta o planejamento escolar.

Em 2014, 2017 e 2018 o valor destinado para custeio atendeu a recomendação de 80%, sendo 20% para capital, em todos os outros anos há sempre um percentual menor para custeio, sendo que em 2015 podemos observar a inversão dos percentuais: 20% para custeio e 80% para capital. Tal decisão de destinar um percentual inferior ao recomendado para as despesas de custeio, pode ter como consequência a dificuldade ou impossibilidade de se

garantir os aparatos pedagógicos solicitados pelos professores, principalmente em contextos escolares que não há outras fontes de recursos regulares.

Outra questão importante a relatar sobre esta unidade escolar é que no ano de 2015 a quantidade de alunos matriculados correspondia a 208 alunos e em 2023 esse quantitativo reduziu para 125, um total de 83 alunos a menos. Além disso, percebe-se que em 2016 não houve repasses do PDDE básico para a referida escola. Quando questionada a respeito, a gestora atual nos informou que não sabe ao certo o motivo do não recebimento, pois não estava presente na escola nesse período. Porém, supõe que por ser um recurso advindo do Governo Federal, deixou de ser repassado para a instituição em consequência de alguma inadimplência da gestão anterior.

Gráfico 2 - PDDE básico 2014 a 2023 - Escola Estadual - Tocantinópolis - TO



Fonte: Elaboração próprio com base nos dados do FNDE: PDDE Info 20.06.2024#f22355

O conjunto dos dados apresentados nos gráficos acima nos permite considerar que, em grande medida, o PDDE está incorporado à realidade das escolas pesquisadas, trata-se de um recurso necessário e importante para o desenvolvimento da autonomia da gestão escolar. A regularidade dos repasses e o acúmulo de conhecimento das escolas para lidar com as regras de habilitação, destinação dos recursos e prestação de contas, ficam, pelo menos em parte, demonstrados pela contínua disponibilidade do dinheiro.

Verifica-se que, em ambos os casos analisados, não há uma regularidade no que se refere a destinação dos percentuais para custeio e capital. Embora se compreenda que o funcionamento regular das unidades escolares e o desenvolvimento didático pedagógico exigem uma disponibilidade permanente de materiais de consumo, sendo que sua ausência ou escassez inviabiliza ou torna precária a realização dos objetivos escolares, a pesquisa demonstra que os recursos do PDDE não necessariamente se revelam uma fonte segura e constante para esse fim.

Diante do que foi dito anteriormente, pode-se constatar um paralelo entre o que é recomendado e a execução da destinação destes recursos, há as estratégias articuladas por parte da gestão, que precisa satisfazer algumas necessidades e deixar outras de lado. O fator negativo deste último normalmente é justificado como consequência das escolhas das prioridades, quando se alega a ausência ou inadequação de um planejamento estratégico inteligente, pois nestes casos:

O governo procurava reforçar o argumento que os recursos financeiros destinados à educação seriam suficientes para atender às demandas educacionais, desde que fossem geridos com eficiência. A ideia defendida era "recursos existem, o problema é que são malversados". Desta forma, as políticas de gestão passam a dar prioridade às "... ações de cunho gerencial, buscando garantir uma otimização dos recursos e, conseqüentemente, uma racionalização economicista das ações administrativas ..." (Dourado, 2004b apud Aguiar, 2012, p. 175).

Portanto, tendo em vista essas questões, é possível afirmar que o PDDE se configura como uma iniciativa com dois vieses: o primeiro positivo, pois emprega certa autonomia para as instituições escolares e mesmo os valores não sendo suficientes ajudam na manutenção e reparo das necessidades mais urgentes que surgem no dia a dia escolar. Já o segundo teria uma conotação negativa, pois o programa também pode servir como um instrumento que facilite na introdução de uma responsabilização das próprias escolas pela carência dos seus insumos e equipamentos necessários.

Considerações finais

Com o decorrer da pesquisa torna-se evidente a importância do programa no contexto escolar, permitindo que as instituições exerçam maior autonomia perante as necessidades específicas de cada departamento, promovendo melhorias que beneficiam tanto os alunos quanto os profissionais envolvidos. O PDDE desempenha um papel fundamental ao contribuir

para o aprimoramento tanto da infraestrutura física quanto dos aspectos pedagógicos, oferecendo um ambiente mais confortável e eficiente para todos.

Percebe-se então, que o programa não é o suficiente para arcar com todas as necessidades institucionais das escolas, induzindo diretores e professores a buscarem meios alternativos para angariar fundos, seja economizando o máximo possível ou de forma extrema, por meio de recurso financeiro próprio ou realizando eventos. A insuficiência dos valores enviados para a escola explica, em muitos casos, a necessidade de as instituições solicitarem todo início de ano uma lista de materiais para serem comprados pelos pais ou responsáveis dos alunos.

Contudo, mesmo pela ausência de outros meios para garantir as despesas escolares, o PDDE tornou-se um programa que, mesmo sendo de suma importância, tem gerado insatisfações junto ao trabalho de gestão escolar. Isso tem acontecido, principalmente pela sobrecarga para o funcionário escolar que fica responsável pelas demandas do programa. Notadamente a direção da escola, sobre quem recai, na maioria dos casos, a presidência das UEx, assume um conjunto extra de atividades e responsabilidade que consomem tempo e geram inseguranças. Uma situação que nem sempre se revela favorável no sentido de estimular a participação, como se percebe no diálogo com as gestoras das escolas.

Retomando a observação inicial, tendo em vista as inúmeras reclamações de docentes alegando falta de materiais pedagógicos para o bom exercício da profissão, vamos perceber que embora relevante para enfrentar o problema, o PDDE não tem resolvido a questão. Nos últimos 10 anos, nenhuma das instituições pesquisadas teve um valor constante para custeio. Os recursos para materiais de consumo têm chegado na escola de acordo com uma definição de prioridades, nem sempre garantindo, em primeiro lugar as demandas do processo pedagógico e o trabalho docente.

Referências

Adrião, T., & Peroni, V. (2007). Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a gestão da escola pública. *Educação & Sociedade*, 28, 253-267.

Aguiar, M. A. S. (2012). Conselhos escolares: espaço de cogestão da escola. *Retratos Da Escola*, 3(4). <https://doi.org/10.22420/rde.v3i4.110>

Fonseca, J. J. S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.

Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. coordenado pela

Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS

Magalhães Júnior, C. A. D. O., & Batista, M. C. (2021). Metodologia da pesquisa em educação e ensino de Ciências. Gráfica e Editora Massoni. Recuperado de: <file:///C:/Users/cleo/Downloads/LivroMetodologia-Org.MagalhesJniorBatista.pdf>. Acesso em: 30 de agosto de 2024.

Pontes, A. P. F., Silva, L. T., Alcantara, M. A., Farias, M. S., Pereira, M. A., & Diniz, A. V. (2022). *O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): uma estratégia para a gestão democrática e para a qualidade da educação na região Nordeste: caderno de estudos 1*. João Pessoa-PB

Queiroz, L. R. S. (2006). Pesquisa quantitativa e pesquisa qualitativa: Perspectivas para o campo da etnomusicologia. *Claves*, 2, 87-98. Recuperado de: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/claves/article/view/2719>. Acesso em: 11 ago. 2019

Informações do Artigo / Article Information

Recebido em: 20/10/2024
Aprovado em: 10/11/2024
Publicado em: 18/12/2024

Received on October 20th, 2024
Accepted on November 10th, 2024
Published on December, 18th, 2024

Contribuições no Artigo: Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de Interesse: Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

Article Peer Review

Double review.

Agência de Fomento

Não tem.

Funding

RBEC	Tocantinópolis/Brasil	v. 10	e19424	UFNT	2025	ISSN: 2525-4863
------	-----------------------	-------	--------	------	------	-----------------

No funding.

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Martins, A. S., Pereira, C. C. F., Silva, I. C., Vieira, J. C., Oliveira, M. V. C., & Locatelli, C. (2025). O PDDE e os aparatos pedagógicos: a disponibilidade e a utilização dos recursos de custeio no interior das escolas. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 10, e19424.

ABNT

MARTINS, A. S.; PEREIRA, C. C. F.; SILVA, I. C.; VIEIRA, J. C.; OLIVEIRA, M. V. C.; LOCATELLI, C. O PDDE e os aparatos pedagógicos: a disponibilidade e a utilização dos recursos de custeio no interior das escolas. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 10, e19424, 2024.